A EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS DOCENTES

MARIA DANÚBIA MOREIRA DAROZ

RESUMO

A educação especial tem assumido um papel cada vez mais relevante nas discussões sobre inclusão e democratização do ensino no Brasil e no mundo. O processo de universalização do acesso à escola, que se intensificou nas últimas décadas, trouxe à tona a necessidade de repensar práticas pedagógicas, estruturas escolares e, sobretudo, o papel do docente diante das diferenças e singularidades dos alunos. O professor, nesse contexto, deixa de ser apenas um transmissor de conhecimento para assumir a função de mediador, facilitador e agente de transformação social, capaz de construir ambientes de aprendizagem verdadeiramente inclusivos. Historicamente, a educação especial esteve à margem do sistema regular de ensino, sendo muitas vezes relegada a instituições segregadas ou a espaços pouco valorizados. A partir da promulgação de legislações nacionais e internacionais, como a Declaração de Salamanca e a Lei Brasileira de Inclusão, o direito à educação para todos ganhou força normativa, impulsionando a integração de alunos com necessidades educativas especiais às escolas comuns. Esse movimento, no entanto, trouxe inúmeros desafios aos docentes, que passaram a lidar com uma diversidade de demandas, perfis e ritmos de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial; Necessidades Educativas; Professor.

INTRODUÇÃO

O docente de educação especial precisa, antes de tudo, desenvolver uma postura ética e sensível à diferença, reconhecendo que cada estudante carrega consigo uma bagagem única de experiências, potencialidades e limitações. O olhar atento e a escuta ativa tornam-se instrumentos essenciais para identificar as reais necessidades dos alunos, rompendo com práticas homogeneizadoras que historicamente marcaram o ensino. Mais do que adaptar conteúdos, é necessário ressignificar o currículo, investindo em metodologias ativas, recursos multifuncionais e estratégias que valorizem a autonomia e a participação de todos.

A formação do professor é, sem dúvida, um dos pilares para o sucesso da inclusão escolar. Muitos docentes ainda se sentem inseguros ou despreparados para lidar com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades. Por isso, a formação inicial deve contemplar conteúdos específicos sobre educação especial, políticas públicas, acessibilidade, avaliação e tecnologias assistivas. Além disso, a formação continuada é fundamental para atualizar conhecimentos, trocar experiências e construir redes de apoio entre profissionais da educação.

No âmbito da prática, o docente enfrenta obstáculos como a falta de recursos materiais, a ausência de profissionais de apoio, turmas superlotadas e, muitas vezes, a resistência de colegas, gestores e até de famílias. É preciso, portanto, que a escola se comprometa coletivamente com a inclusão, promovendo uma cultura institucional que valorize a diversidade, o respeito e a solidariedade. O trabalho colaborativo entre professores regulares, especialistas, intérpretes de Libras, terapeutas e demais profissionais é fundamental para garantir o atendimento adequado às necessidades dos estudantes.

A relação família-escola assume papel central na efetivação da educação especial. O docente deve buscar o diálogo constante com as famílias, acolhendo suas angústias, expectativas e saberes, e construindo, juntos, estratégias para o desenvolvimento pleno dos alunos. A parceria com a comunidade também potencializa ações inclusivas, ampliando o repertório cultural e social dos estudantes e promovendo sua participação ativa nos diferentes espaços sociais.

Outro ponto crucial diz respeito à avaliação do processo de aprendizagem. O professor de educação especial precisa lançar mão de instrumentos avaliativos flexíveis, que considerem as particularidades de cada aluno

e valorizem os avanços individuais, mesmo que sejam pequenos diante dos parâmetros tradicionais. O feedback construtivo, o estímulo à superação e o reconhecimento das conquistas contribuem para fortalecer a autoestima e o protagonismo dos estudantes.

A utilização de tecnologias assistivas e recursos digitais tem se mostrado uma aliada poderosa na promoção da inclusão. O docente deve estar aberto ao uso dessas ferramentas, buscando formação e experimentação, e adaptando-as de acordo com a realidade de sua turma. Softwares de leitura, jogos educativos, pranchas de comunicação, materiais táteis e audiovisuais são exemplos de recursos que ampliam as possibilidades de aprendizagem e participação dos alunos com deficiência.

É importante destacar também o papel do professor como agente de transformação social. Ao promover a inclusão, o docente contribui para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e plural, onde o direito à educação de qualidade é assegurado a todos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou emocionais. O compromisso com a ética, o respeito às diferenças e a luta contra o preconceito e a discriminação devem nortear a prática pedagógica de todo educador.

A legislação brasileira tem avançado no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, mas ainda há um longo caminho a percorrer para que a inclusão se efetive de modo pleno nas escolas. O docente, enquanto protagonista desse processo, precisa ser valorizado, apoiado e capacitado, recebendo condições dignas de trabalho e reconhecimento pelo seu papel fundamental na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Em síntese, a educação especial desafia os docentes a repensar seus saberes, práticas e concepções, exigindo abertura ao novo, sensibilidade e compromisso ético. A inclusão não é tarefa fácil, mas é um direito fundamental e um dever de toda a sociedade. Cabe ao professor assumir seu papel como mediador, incentivador e defensor dos direitos de todos os alunos, construindo, dia após dia, uma escola mais humana, democrática e acessível.

Portanto, investir na formação, valorização e suporte ao docente é investir no futuro da educação e na construção de uma sociedade mais inclusiva, solidária e respeitosa com as diferenças. O caminho é longo, mas cada passo dado na direção da inclusão representa uma vitória coletiva em prol da dignidade, do respeito e da cidadania.

AS DIVERSAS TRANSFORMAÇÕES

O Brasil passou por diversas transformações ao longo do século XX; contudo, as disparidades sociais permaneceram persistentes. A compreensão do panorama complexo das diferenças sociais e regionais é fundamental diante das atuais oportunidades de enfrentamento da exclusão no país. Não é apropriado restringir a percepção da exclusão social apenas à antítese da inclusão; o conceito revela que, historicamente, a igualdade não predominou nas sociedades humanas. O desenvolvimento das civilizações evidencia a exclusão como um fenômeno simultâneo e desigual em relação à inclusão, indicando que o avanço de uma nação pode gerar tanto condições de inclusão quanto exclusão.

Em sociedades caracterizadas por maiores índices de carência ou desigualdade, a exclusão social torna-se mais perceptível, notadamente na distinção entre os bem-nutridos e os desprovidos de recursos. À medida que novas realidades, como a urbanização, são incorporadas, surgem demandas adicionais relacionadas à dignidade, transcendendo a simples sobrevivência. No contexto histórico do Brasil Colonial, destacam-se iniciativas da Igreja Católica na criação dos primeiros hospitais, orientados ao amparo de diferentes grupos vulneráveis, como órfãos, mães solteiras, idosos, pessoas economicamente desfavorecidas e enfermos, estabelecendo, assim, uma cultura assistencialista diante das adversidades sanitárias e sociais da época.

A associação entre deficiência e doença foi consolidada historicamente como uma questão tratada predominantemente em ambientes hospitalares e assistenciais, influenciada por diversos fatores. Notadamente, entre o final do século XIX e início do século XX, médicos brasileiros se dedicaram a estudos científicos acerca das pessoas com deficiência, demonstrando preocupa-

ção também com sua educação. A medicina exerceu influência sobre propostas educacionais voltadas a esse público, resultado da tradição histórica da formação médica e militar do país.
A sociedade brasileira demonstra uma estrutura marcada pela sobrevivência da maioria e pelo acesso privilegiado de uma minoria aos benefícios econômicos e culturais, perpetuando relações de dominação, liderança e subalternidade. Tanto a história da educação nacional quanto os processos de escolarização refletem esses contrastes inerentes à sociedade moderna.
A educação inclusiva representa o ideal de todos os sistemas educacionais do mundo, e é por meio da luta para alcançar sua plenitude que os problemas de exclusão e desigualdade presentes nos processos educacionais são enfrentados. Nessa perspectiva, desde o surgimento do movimento de inclusão na década de 1980 até a atualidade, um longo caminho foi percorrido na luta contra a exclusão, conquistas que podem ser observadas no desenvolvimento de pesquisas na área, nos avanços na legislação e regulamentação, bem como na valorização das especificidades de cada indivíduo. No entanto, é preciso reconhecer que essas conquistas estão longe de ser suficientes e que, para aumentá-las, é imperativo que o grande esforço para alcançar a educação inclusiva desejada seja gerado tanto no âmbito educacional quanto no político, econômico e social.
Pode-se inferir, então, que o conceito de educação inclusiva passou por um processo de mudança ao longo da história, devido às diferentes concepções existentes em relação à atenção à diversidade presente nas salas de aula. Esse processo de mudança é contínuo e inacabado, tornando necessário compreender sua evolução para situar a educação inclusiva proposta por Ainscow desde o final do século XX no contexto atual. Nessa perspectiva, é inegável que sempre existiram diferenças entre as pessoas, que determinam se elas são aceitas ou rejeitadas pela sociedade. Nesse sentido, existem características e comportamentos pessoais que causaram, ao longo da história, rejeição, medo, repulsa, incompreensão, ridículo, entre outras reações; situação que levou a desde negar a entrada na escola a pessoas "diferentes", "por não serem humanas" e, muito menos, "sujeitas a educação"; até incorporá-las sob uma série de restrições, como pedir que se integrem ao processo de aprendizagem por meio de seus próprios recursos, partindo do conceito de que a escola abre as portas para todos, mas é responsabilidade de cada indivíduo adaptar-se a ela e aprender o que está estabelecido.

A LÍNGUA DE SINAIS E SUA IMPORTÂNCIA

A relevância da Linguagem Gestual, a asseguração de seu aprendizado e sua aplicação têm sido reconhecidas como essenciais no suporte educacional de crianças com limitações auditivas.
O Brasil encara, neste início de século e milênio, uma série de desafios na esfera da Instrução, especialmente no âmbito da Educação Especial.
Neste cenário, os cidadãos brasileiros devem transpor os desafios objetivos e subjetivos que têm bloqueado ou dificultado a entrada e a permanência de estudantes com necessidades educativas especiais nas instituições de ensino, barreiras que já foram superadas em diversas nações há décadas. Dentro desse contexto, Mazzotta salienta:

> Foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos para atender às necessidades dos incapacitados, refletindo transformações na mentalidade dos conjuntos sociais, resultaram em ações educativas. Essas iniciativas educacionais se alastraram, inicialmente para os Estados Unidos e Canadá e, posteriormente, para outros países, incluindo o Brasil. Uma análise dessas ações revela que até o fim do século XIX, várias designações eram utilizadas para se referir à instrução de portadores de incapacidades: Educação de Excepcionais, Educação Teratológica, Educação Curativa ou Terapêutica, Educação da Solidariedade Social, Educação Emendativa. Alguns desses termos continuam a ser utilizados, apesar de sua inadequação, em minha opinião. (MAZZOTTA, 1999, p.17)

Diante desse quadro, é crucial garantir que os direitos adquiridos ao longo da narrativa

sejam mantidos, criando ambientes propícios para a inclusão social e, por conseguinte, para a instrução de todos os estudantes, almejando atingir patamares mais elevados e concretizar a instrução como um direito universal, garantindo a entrada, a permanência e a qualidade do ensino.

É notório que cada surdez e cada indivíduo surdo têm uma trajetória particular, como qualquer outra pessoa, mas a surdez deve ser tratada de forma mais consciente pela comunidade.

Busca-se desafiar o convencional para realçar os principais elementos na análise dos processos de significação da surdez e dos surdos na sociedade atual: a dimensão cultural, o poder, as identidades e a instrução. Este último será abordado no próximo segmento.

A instrução de crianças com deficiência auditiva é vista como um objetivo a ser atingido, pois os métodos educacionais até agora não se mostraram suficientemente eficazes (salvo algumas exceções) para permitir que os jovens surdos alcancem o mesmo progresso acadêmico, social e profissional que os que ouvem.

A preocupação em alcançar uma instrução eficiente, ou seja, possibilitar que essas crianças e adolescentes explorem plenamente suas habilidades, tornando-se surdos completos, participantes ativos do mundo ao seu redor, interagindo em pé de igualdade com outros indivíduos, sejam surdos ou ouvintes.

Diversas pesquisas levantam questões sobre os fatores que permeiam esse processo de aprendizado, e muitas delas apontam para um ponto em comum: qual é a raiz do insucesso escolar entre as crianças e adolescentes surdos?

Durante muito tempo, acreditava-se que o fracasso escolar enfrentado pelas crianças surdas estava intrinsicamente ligado à própria surdez. Mais especificamente, pensava-se que a surdez acarretava um déficit cognitivo que explicava as dificuldades acadêmicas.

Atualmente, entende-se que essa não é a realidade. Os surdos possuem potencialmente as mesmas habilidades que os ouvintes para desenvolver a linguagem escrita, o raciocínio lógico e outras capacidades necessárias para a aprendizagem. Porém, para que isso aconteça, suas necessidades específicas (como a perda auditiva, a falta de acesso à linguagem oral da mesma forma que as crianças ouvintes e a percepção do mundo de maneira distinta dos ouvintes) devem ser levadas em consideração e respeitadas.

Estudos sobre o desenvolvimento da linguagem escrita (LIST, 1990; SVARTHOLM, 1994; DAVIES, 1994) indicam que esse processo se baseia no conhecimento prévio da linguagem, ou seja, a aprendizagem depende do desenvolvimento prévio de uma primeira língua, que, para os ouvintes, é a língua oral. Mas qual seria essa primeira língua para os surdos?

Segundo List, 1990, p. 35):

Os surdos, apesar de estarem expostos à linguagem escrita desde o nascimento, enfrentam desafios em comparação com a população ouvinte, pois, embora a linguagem escrita tenha suas particularidades e características próprias, ela é baseada em um sistema alfabético derivado dos sons da fala, o que torna a língua escrita de difícil acesso para os surdos.

Assim, é crucial valorizar a língua natural dos surdos, a Língua de Sinais, reconhecida em nosso país. Diversos estudiosos preocupados com a instrução dos surdos no Brasil têm identificado essas questões (FERNANDES, 1989; TRENCHE, 1995; MELO, 1995) e apontado possíveis caminhos para a prática educativa (GÓES, 1996; LACERDA, 1996).

O método oral, seja ele acupédico ou multissensorial, baseia-se em uma série de princípios para auxiliar a criança no desenvolvimento da fala e da audição. Nesse sentido, o aprendizado da linguagem escrita está intimamente ligado à oralidade.

De acordo com NORTHERN & DOWNS (1978, p. 72):

O pressuposto fundamental do oralismo é que toda criança surda deve ter a oportunidade de se comunicar por meio da fala. Essas crianças não devem ser misturadas com aquelas que se comunicam por gestos, para que não percam a oportunidade de se comunicar oralmente. O treinamento da fala e

da leitura orofacial permite uma adaptação mais rápida ao mundo falante e ouvinte ao seu redor.

Com base nessas premissas, a visão oralista preconiza a inclusão das crianças surdas nas escolas regulares, pois a fala é considerada a base de todo aprendizado.

DIVERSIDADE

Para compreender o conceito atual de diversidade, é necessário rever a forma como tem sido entendida e abordada, juntamente com uma análise dos diferentes modelos sob os quais a deficiência tem sido conceituada. A importância de refletir sobre esses conceitos advém do fato de que é por meio do reconhecimento de grupos de pessoas com deficiência que se gera o interesse em atender às necessidades educacionais de todos os alunos, impulsionado por vários fatores, incluindo mudanças sociais, diferentes ritmos e estilos de aprendizagem, bem como os diferentes métodos e contextos de ensino das instituições educacionais. Em outras palavras, entender que a educação inclusiva busca abordar a diversidade, reconhecendo as barreiras à aprendizagem e respondendo a elas, com uma visão de responsabilidade compartilhada entre todos os atores educacionais; buscando gerar neles a consciência de que é normal ser diferente, e assim superar a visão de tolerância e aceitação. Neste ponto, é importante esclarecer que o presente estudo analisa a postura dos professores em relação à educação inclusiva, com foco nos alunos com necessidades educacionais especiais.
Em primeiro lugar, é necessário destacar que existem três principais formas de conceituar a diversidade:

1) a que associa a diversidade à atenção às necessidades educacionais especiais de alguns alunos e busca compensar suas desigualdades;
2) a que prima por um ensino individualizado, adaptado às características da pessoa que aprende e que entende o processo de aprendizagem como uma construção individual;
3) a que considera que a diversidade pode ser um suporte para a construção de uma sociedade democrática, plural e tolerante (GAIRÍN, 2000, p. 79).

Nas últimas décadas, o conceito de educação inclusiva ganhou força na América Latina, passando a ser considerado nas políticas e ações dos governos dos países que compõem essa região do mundo, e está presente nos elementos dos processos formativos, como metodologias de ensino, currículo e sistemas de apoio (INFANTE, 2010). A esse respeito, Torres-González (2010) destaca:

Educar na diversidade não se baseia na adoção de medidas excepcionais para pessoas com necessidades educacionais especiais, mas sim na adoção de um modelo curricular que facilite a aprendizagem de todos os alunos em sua diversidade (p. 63).

Essa mudança na educação implicou uma revisão das regulamentações existentes relacionadas com a aprendizagem e o ensino, o que abriu espaço para uma perspectiva dinâmica das normas, buscando a possibilidade de possibilitar infinitas formas de garantir a aprendizagem dos alunos, deixando para trás dispositivos normalizadores e assumindo que o professor desempenha um papel de liderança para torná-la realidade (AINSCOW, 2005), uma vez que a atitude deste tem impacto sobre outros atores educacionais (outros professores, pais e alunos com e sem necessidades educacionais especiais), podendo facilitar ou dificultar a integração e a aprendizagem dos alunos.
Entretanto, a formação inicial, o conhecimento na área de atenção às necessidades educacionais especiais e o reconhecimento das barreiras à aprendizagem, bem como os recursos e o apoio disponíveis na sua instituição, determinarão a atitude que os professores poderão ter em relação à educação inclusiva. Especificamente, o fato de os professores muitas vezes não se considerarem formados ou aptos para a sua implementação leva-os a propor que os alunos que não se enquadrem na sua concepção de "aluno regular" sejam canalizados para serviços de educação especial em processos segregados. Dessa forma, o seu autoconceito pode

ser identificado como um determinante da sua atitude em relação à educação inclusiva. A importância de estudar os fatores que influenciam essa atitude é justificada por diversos autores, que apontam que o sucesso da educação inclusiva está sujeito a uma disposição favorável dos atores educacionais, especificamente a do professor. O fato de as atitudes poderem ser modificadas por meio de intervenções curriculares oferece a oportunidade de trabalhar na construção de um eixo formativo que forneça aos professores as ferramentas necessárias para atuar em ambientes com alunos com necessidades educacionais especiais (deficiências).

Da mesma forma, outros autores argumentam que a formação de professores é essencial para alcançar a educação inclusiva; eles apontam para a necessidade de abrir espaços para a discussão teórica dos conceitos de inclusão, diversidade e necessidades educacionais especiais, para que os professores possam refletir sobre suas próprias compreensões desses conceitos e, assim, desenvolver estratégias que não enfatizem as fragilidades dos alunos. Para alcançar isso, os professores precisam ir além da noção de que as diferenças representam um déficit (AINSCOW, 2005 ; INFANTE-JARAS E MATUS-CÁNOVAS, 2009 ; MUTUA E SMITH, 2006).

É importante compreender que a atitude que os professores adotam em relação à educação inclusiva depende das expectativas sociais que eles têm em relação à profissão docente. Em outras palavras, à medida que a sociedade exigir um melhor atendimento a todos os alunos, levando em consideração suas diferenças individuais, os professores se tornarão mais comprometidos com essa tarefa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração educacional é um modelo no qual a comunidade escolar se esforça para garantir que a maioria de seus estudantes alcance sucesso no processo de aprendizagem. É fundamental que as políticas governamentais priorizem a capacitação e educação continuada dos professores para lidar com alunos com necessidades especiais na educação primária, visando aprimorar o progresso desses estudantes no processo educativo. A inclusão escolar visa nscrever todos os alunos com deficiência na escola regular, preferencialmente na sala de aula convencional, incluindo aqueles oriundos da Educação Especial. A instituição de ensino deve ser um ambiente educacional acessível a todos, combatendo segregações e exclusões.

Incluir vai além da presença física; implica reconhecer que as pessoas aprendem de maneiras diversas e em ritmos distintos. A diversidade enriquece o processo educativo, respeitando e valorizando as disparidades. O desenvolvimento infantil engloba aspectos físicos, intelectuais, emocionais e sociais, destacando a relevância da presença da neuropsicopedagogia para contribuir com um desenvolvimento integral das crianças, auxiliando na construção de alicerces sólidos para o futuro adulto.

A educação inclusiva não é apenas uma questão de direitos ou aprendizagem, ela também representa um compromisso ontoepistemológico de desmantelar um conjunto de representações que parecem colocar pessoas com deficiência (e outros grupos) em um espaço e posição no campo social que está sempre fora do que é considerado "normal".

No caso das pessoas com deficiência, a história desse aspecto educacional pode ser rastreada até todo o movimento da educação especial, um movimento escolar e educacional no qual as relações entre professores e alunos com deficiência estavam longe de representar um espaço dialógico e horizontal.

O processo de escolarização não envolve apenas a articulação e a disposição de uma série de estratégias de ensino e aprendizagem ou de um conjunto de políticas e regulamentações; envolve também um elemento ontoepistemológico, no qual o significado, o lugar atribuído e a identidade construída parecem ser centrais para esse esforço. Este exercício, sem dúvida, destaca as relações estabelecidas e por meio das quais um tipo de existência em sociedade pode ser materializado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSCOW, M. Melhorar escolas inclusivas.

Cadernos de Pedagogia, 349, 78-83. 2005.
ÁLVAREZ, M., CASTRO, P., CAMPO-MON, M., & ÁLVAREZ-MARTINO, E. Atitudes dos professores em relação às necessidades educacionais específicas. Psicotema , 17 (4), 601–606. 2005.
BIANCHETTI, L., FREIRE I. M. um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papirus, 998.
BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari K. Investigação qualitativa em Educação. Porto: Porto, 1994.
BRASIL, Secretariada Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 1988.
CARVALHO, R. E. Temas em educação especial. Rio de Janeiro: WVA, 1998. CORREIA, L. M. Alunos com necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares. Porto: Porto Editora, 1ª. Edição, 1997.
COSENZA, R. M., GUERRA, L. B. Neurociência e Educação: Como o cérebro CHINALIA, F.; ROSA, J. C. L. Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva. Jaboticabal: AJEC, 2008.
DENARI, Fátima Elizabeth. A formação dos professor em educação especial. In: GOYOS, Celso; ALMEIDA, Maria Amélia; SOUZA, Deisy G. de Souza. Tema em Educação Especial. São Carlos: EDUFSCar, 1996.
FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. 24. Ed. São Paulo, Ática, 1984. FOREST, M. ; PEARPOINT, J. Inclusão: um panorama maior. In: MANTOAN, M.
T. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Editora SENAC, 1997, 137-141.
GAIRÍN, J. Uma escola para todos: um desafio social e educacional. (Apresentação). Conferência Internacional sobre Educação para a Diversidade no Século XXI. Universidade de Zaragoza, Espanha. 2000.
HERNÁNDEZ-SAMPIERI, R., FERNÁNDEZ--COLLADO, C., & BAPTISTA-LUCIO, P.
Metodologia de Pesquisa (5ª ed.). México: McGraw Hill. 2010.
INFANTE, M. Desafios para a formação de professores: educação inclusiva. Estudos Pedagógicos, XXXVI (1), 287-297. 2010.
INFANTE-JARAS, M., E MATUS-CÁNOVAS, C. Políticas e práticas sobre diversidade: reimaginando possibilidades para novos discursos. Deficiência e Sociedade, 24 (4), 437-445. 2009.
KIM, J. Influência dos programas de formação de professores nas atitudes dos futuros professores em relação à inclusão. International Journal of Inclusive Education , 15 (3), 355-377. 2011.
MENDES, E. G.; FERREIRA, J. R.; NUNES, L. R P. Integração/Inclusão: o que revelam as teses e dissertações em Educação e Psicologia. In: Francisco de Paula Nunes Sobrinho. (Org.). Inclusão Educacional: Pesquisas e Interfaces. 1ª ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003, p. 98-149.
MÚTUA, K. E SMITH, R. Rompendo a normalidade e as preocupações práticas dos professores. In S. Danforth e S. Gabel, Questões vitais enfrentadas pelos estudos sobre deficiência na educação (pp. 122-132). Nova York, EUA: Peter Lang. 2006.
SASSAKI, R. K. Inclusão - Construindo uma Sociedade para Todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.
TORRES-GONZÁLEZ, J. (2010). Passado, presente e futuro da educação especial: rumo à educação inclusiva. Perspectiva Educacional, Formação de Professores, 49 (1), 62–89.
UNICEF, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha, 1994.
WERNECK; C. Sociedade Inclusiva: quem cabe no seu todos? Rio de Janeiro: WVA Editora, 1999.